INFORMECIDADÃO
Jornal Semanal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Ano 3 - Edição 100

Destinação de embalagens plásticas deve ser discutida na AL

Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

Mesa Diretora 2011/2014
(XVII Legislatura)

Romoaldo Júnior - (PMDB)
Presidente

Mauro Savi - (PR)
1º Secretário

Antonio Azambuja - (PP)
1º Vice-Presidente

Dilmar Dal'Bosco - (DEM)
2º Vice-Presidente

Luiz Marinho - (PTB)
2º Secretário

Airton Português - (PSD)
3º Secretário

Demais deputados
(XVII Legislatura)

Adalto de Freitas - (SDD)
Alexandre Cesar - (PT)
Baiano Filho - (PMDB)
Carlos Avalone - (PSDB)
Deucimar Silva - (PP)
Emanuel Pinheiro - (PR)
Hermínio J. Barreto - (PR)
José Riva - (PSD)
José Domingos Fraga - (PSD)
João Malheiros - (PR)
Márcio Pandolfi - (PDT)
Neldo Weirch Egon - (PR)
Pedro Satélite - (PSD)
Sebastião Rezende - (PR)
Teté Bezerra - (PMDB)
Wagner Ramos - (PR)
Walter Rabello - (PSD)
Zeca Viana - (PDT)

Licenciados
Ademir Brunetto - (PT)
Ezequiel Fonseca - (PP)
Guilherme Maluf - (PSDB)
Luciane Bezerra - (PSB)
Ondanir Bortolini - Nininho (PR)

Secretarias da Assembleia Legislativa
de Mato Grosso

Luís Márcio Pommot
Secretaria Geral

Djalma Ermenegildo
Secretaria de Administração e
Patrimônio

Maurício Munhoz
Secretária de Serviços Legislativos

José Evangelista dos Santos
Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Finanças

Carlos Roberto Lourençon
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anderson Flavio De Godoi
Procurador Geral

Fabio Monteiro
Ouvidor Geral

Osmar de Carvalho
Secretaria de Comunicação

Jornal Informe Cidadão

Márcia Andreola- (DRT 647/MT)
Coordenadora de Jornalismo

Álvaro Marinho - (MTb 6457/RS)
Editor

Fablício Rodrigues (DRT 446/MT)
Gerente de Fotografia

Andrey Romeu
Direção de Arte

India Nara
Diagramação

Divulgação
Foto capa

Editorial

Na edição desta semana o informativo traz notícias sobre ações e atividades realizadas pelos deputados estaduais nas mais variadas localidades do Estado, na Capital e na sede do Poder Legislativo. Entre as matérias tem a reunião do deputado Walter Rabello (PSD), juntamente com outros parlamentares, com os representantes dos policiais militares para discutir a reestruturação das carreiras e dos salários da corporação.

Informe Cidadão divulga ainda a homenagem que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de Mato Grosso receberá na Assembleia Legislativa pelos serviços prestados no estado. A sessão solene, requerida pelo deputado Carlos Avalone (PSDB), será realizada no dia 30 de maio, às 19 horas, no Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour.

Tem também a matéria com o deputado Romoaldo Junior (PMDB), presidente do Parlamento estadual, que aposta no fortalecimento do turismo em Alta Floresta, na região norte de Mato Grosso. "Alta Floresta é uma das cidades de Mato Grosso que o turista encontra uma vasta riqueza natural. Então, temos que apostar nesse potencial para alavancar a economia do município, sem esquecer dos demais setores", afirmou Romoaldo Junior.

E o deputado Mauro Savi (PR), primeiro-secretário do Poder Legislativo, conseguiu a instalação de duas guarnições da Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam) para o município de Sorriso. De acordo com o comandante geral da Polícia Miltiar, a presença da Rotam reforçar o combate a criminalidade no município.

O jornal noticia também, como matéria de capa, o Projeto de Lei 127, do deputado João Malheiros (PR), que prevê a destinação de embalagens plásticas e similares. A proposta deve voltar a tramitar na Assembleia Legislativa ainda este ano. Malheiros acredita que mais do que leis rígidas que inibam o desmatamento, assoreamento e poluição, é preciso despertar a consciência da população para a preservação do meio ambiente. Apenas Cuiabá e Várzea Grande, por exemplo, depositam todos os dias mais de 35 toneladas de lixo e 800 mil litros de esgoto doméstico e industrial em nossos rios.

Foto da Semana

Foto - Andrey Romeu

Igreja Nossa Senhora de Sant'Ana | Chapada dos Guimarães

Deucimar quer revitalização do Parque Estadual Zé Bolo Flô

Foto - Widson Maradona

Thiara Raquel Prado

O deputado Deucimar Silva (PP) solicitou do Governo do Estado a revitalização do Parque Zé Bolo Flô, localizado no bairro Coxipó da Ponte, em Cuiabá. Segundo o parlamentar, o espaço que servia de lazer para a população, está abandonado e sem iluminação.

"È um espaço histórico da nossa cidade e muita gente deixa de utilizar para prática de atividades físicas por conta da insegurança, causada pela falta de infraestrutura", explica Deucimar. A proposta é que seja implantada iluminação ao longo dos quatro mil metros da pista de caminhada, bancos e equipamentos de academia ao ar livre.

O parque é administrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e é uma área de preservação ambiental urbana, aberta ao público para visitação, prática de esportes e lazer, sendo destinada ainda para a difusão da educação ambiental, onde se pratica a conservação da biodiversidade da flora e da fauna.

O nome é uma homenagem ao poeta popular José Inácio da Silva – Zé Bolo Flô, um cuiabano que perambulou solitário ao longo da vida, pelos bares e ruas da Capital mato-grossense, entre as décadas de 60 e 70. Durante a vida fez muitos amigos e admiradores tendo sido eleito na época como um dos maiores compositores cuiabanos.

Ele se orgulhava em dizer que na infância jogava peteca e iô-iô, na terra de Dom Aquino.

Avalone homenageará Senai na AL

Foto - Widson Maradona

Itimara Figueiredo

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), instituição privada que faz parte do Sistema Federação das Indústrias, destaca-se, no cenário internacional, por ser a maior instituição de educação profissional do mundo, e será homenageada pela Assembleia Legislativa. O Senai/MT recebeu o título de melhor desempenho da Região Centro-Oeste e do Brasil.

Em reconhecimento a esse trabalho e numa iniciativa do deputado Carlos Avalone (PSDB), a sessão solene será realizada no dia 30, às 19 horas, no Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour. "Vamos homenagear o Senai pelo brilhante trabalho socioeconômico que desenvolve em todo o país, através da qualificação profissional para os trabalhadores e serviços tecnológicos às empresas", explica Avalone.

Para alcançar os objetivos, a diretoria do Senai nacional instituiu uma avaliação intitulada Regra Nacional de Desempenho, da qual participam todos os Senai do país, para avaliar as melhores performances entre as entidades em todos os estados brasileiros. Criada no ano de 2010, a premiação é dividida nas categorias regional e nacional.

Ao todo é possível atingir, na escala de pontuação nacional até 175 pontos. O Senai/MT conquistou a expressiva pontuação de 170 pontos, recebendo o título de melhor desempenho do Centro- Oeste e do Brasil.

"Assim, devido ao fato do Senai/MT ser campeão do ranking nacional de desempenho e notável reconhecimento entre todos, vamos homenagear os profissionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em sessão especial, revestida com as solenidades cabíveis na Casa de Leis", afirma o parlamentar.

História – Criado em 1942, o Senai surgiu para atender a uma necessidade premente de formar profissionais para a incipiente indústria de base. O Senai/MT chegou em 1977, apresentando a cada ano um acréscimo nas áreas de atuação e de municípios contemplados com programas Senai. Mato Grosso conta hoje com dez unidades fixas, além das conveniadas e móveis e compõe o Sistema Federação das Indústrias no estado de Mato Grosso (Fiemt).

O Senai faz parte da Confederação Nacional de Indústria (CNI), tendo sido criado no Governo Vargas, em 1942, por inspiração de Euvaldo Lodi, então presidente da CNI, e Roberto Simonsen, presidente da Federação da Indústria do estado de são Paulo (Fiesp).

Luiz Marinho propõe combate à violência de gênero em escolas

Foto - Mauricio Barbant

Sid Carneiro

A Secretaria do Estado de Educação (Seduc) pode instituir o Programa de Combate e Prevenção à Violência de Gênero nas escolas públicas do Estado. A proposta é de autoria do deputado Luiz Marinho (PTB). De acordo com o parlamentar, o programa será feito mediante um trabalho interdisciplinar, onde os conteúdos relacionados à igualdade de gênero, com enfoque especial na questão da violência contra a mulher, serão ministrados em sala de aula.

"O tema será trabalhado com os estudantes de todas as séries dos ensinos fundamental e médio, sempre respeitando o estágio de aprendizado dos alunos e sua faixa etária", justificou Marinho.

O projeto de lei define exemplos de violência de gênero, como violência machista, violência doméstica, ofensas verbais de caráter machista ou que atinjam a mulher em sua subjetividade e dignidade, atitudes discriminatórias, agressões físicas, ameaças, abusos sexuais, estupro ou mesmo violência psicológica exercida por indivíduo ou grupos de indivíduos contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir, causar dor, angústia ou constrangimento e humilhação à vítima.

O projeto prevê capacitar professores e a direção das escolas para ações de prevenção e apoio às vítimas, bem como incluir regras contra a violência de gênero no regimento interno das escolas, estabelecer convênios com universidades públicas e privadas, centros de pesquisas, fundações e outras organizações, para ampliar e garantir efetividade às ações ao programa.

A violência de gênero é um problema mundial que afeta todas as classes sociais, sem distinção. Estatísticas oficiais demonstram que a cada minuto quatro mulheres são agredidas no Brasil. Entre 1980 e 2012, 91 mil mulheres foram assassinadas em todo o país. Desse total de crimes, 43 mil aconteceram somente na última década. Estudo da Fundação Perseu Abramo aponta que, em 2010, 34% das brasileiras diziam já ter sofrido algum tipo de agressão ao longo da vida.

Colocação – Mato Grosso, considerado como um Estado de nível um de informação, ocupou em 2012, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o terceiro lugar entre os Estados com maiores taxas de estupro (38,6%). Segundo Luiz Marinho, no campo jurídico e legal, as mulheres alcançaram relevantes avanços na luta contra a violência de gênero. Podemos destacar, dentre eles, a criação das Delegacias de Defesa da Mulher, nos anos 80; a instituição da Lei Maria da Penha, em 2006, que até dezembro de 2011 havia resultado em mais de 26 mil prisões em flagrante e quatro mil prisões preventivas, ou mesmo o endurecimento da legislação relativa ao estupro, ocorrida no fim da década passada.

"Tais medidas, porém, continuam a ter alcance limitado, sobretudo quando levamos em conta que estamos em um país de raízes patriarcais, em que as ideias de igualdade de gênero ainda encontram forte resistência entre parcelas expressivas da sociedade", argumentou o deputado.

MT tem calendário oficial contra hanseníase

Foto - Fablício Rodrigues

Elzis Carvalho

O Ministério da Saúde divulgou no inicio de 2014 um balanço mostrando que Mato Grosso é o campeão nacional em casos de hanseníase. Os números apontam que a prevalência é de 38% maior que o segundo lugar, o Estado de Tocantins. A doença, conhecida desde a antiguidade, é provocada por um bacilo que atinge o organismo humano pelas vias respiratórias. Para reduzir o número de pessoas infectadas com a doença, o Estado instituirá no calendário oficial de eventos a Semana Estadual de Educação Preventiva Contra a Hanseníase, que será comemorada anualmente na última semana do mês de janeiro. A definição foi publicada no Diário Oficial de nove de maio de 2014, sob a Lei 10.101.

De acordo com o deputado Sebastião Rezende (PR), autor da lei, a norma tem a finalidade, entre outras, a de instigar a sociedade a participar de iniciativas preventivas e de erradicação da hanseníase. Outra finalidade da lei é a de elaborar e distribuir cartilhas didáticas em órgãos públicos que ficarão à disposição da sociedade, apontando as causas, os sintomas, os meios de prevenção da hanseníase e onde procurar tratamento.

Na semana de prevenção, de acordo com o parlamentar, serão realizados debates sobre a hanseníase com o objetivo de eliminação do preconceito contra os portadores da doença e sobre os meios de inclusão social, compreendendo a divulgação de estudos e experiências nas áreas de saúde, educação e cidadania.

Em Mato Grosso, o nível é de 7,69 casos para cada grupo de 10 mil habitantes. No Tocantins o nível é de 5,54 casos. Enquanto no Rio Grande do Sul o índice é de 0,12, e Santa Catarina 0,29 apresentaram as menores taxas de prevalência da doença. A alta incidência de casos de hanseníase em Mato Grosso está enraizada em mazelas antigas sofridas pela população do Estado, que é líder em notificações da doença em todo o Brasil.

Cidades da região norte recebem “pulmão gigante”

Foto - Fablício Rodrigues

Disney de Paula

Três municípios do norte de Mato Grosso, por iniciativa do deputado Pedro Satélite (PSD), recebem a visita do “pulmão inflável” que faz parte do Projeto MT sem Fumaça. A estrutura tem 220 metros quadrados. Os visitantes poderão conhecer um pouco mais sobre poluição ambiental e os malefícios do tabagismo.

No interior do pulmão inflável todas as informações são abordadas por meio de vídeos, exposições de peças anatômicas do corpo humano, fotos, percepções olfativas e auditivas, além do acompanhamento técnico de profissionais da área. O acesso à estrutura e as apresentações são realizadas por técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), do Corpo de Bombeiros, e das secretarias municipais de Meio Ambiente e Saúde.

“A nossa intenção é alertar sobre os malefícios da fumaça tanto provocada pelas queimadas como pelo uso do cigarro. Por isso, solicitei à Sema que realizasse esse tour pelo norte do Estado. Já tive a oportunidade de conhecer o ‘pulmão inflável’ e posso garantir que vale muito a pena fazer essa visita”, disse o deputado Pedro Satélite.

A estrutura é composta por três salas com capacidade para 20 pessoas cada uma, e um mini auditório com capacidade para até 50 pessoas. O Projeto MT sem Fumaça é um trabalho articulado entre a Sema, Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Secretaria de Estado de Saúde (SES), Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ), Sociedade Mato-grossense de Pneumologia e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Lei de Zeca Viana estabelece Serviço Médico Voluntário

Foto - Fablício Rodrigues

Lidiane Barros

Como alternativa à deficiência no atendimento médico nas unidades hospitalares em Mato Grosso, vigora em território mato-grossense a Lei 10.093. O projeto, aprovado pelo Governo do Estado, cria o programa incentivo ao Serviço Médico Voluntário.

"Inicialmente voltado aos hospitais da rede pública estadual nada impede que esses voluntários atuem em quaisquer unidades de saúde, particular, ou filantrópica. Afinal, trata-se de um trabalho solidário, um exercício de cidadania", ressalta o autor da lei, deputado Zeca Viana (PDT).

De acordo com a nova legislação, qualquer cidadão que se encontrar regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) está apto ao pleno exercício da profissão médica. A unidade hospitalar fica reservada a determinação do número de vagas (que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo), os requisitos necessários para o desempenho das atividades e o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Ainda segundo a lei, a prestação do serviço voluntário não gerará vínculo empregatício, ou funcional, não gerará obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim e não terá prazo determinado, podendo o prazo ser alterado a qualquer momento por interesse da administração.

O deputado Zeca lamenta apenas o fato de o governo ter vetado um dos artigos que mais estimulava a adesão ao programa. "Os profissionais, especialmente os recém-formados, ganham com a vivência junto aos pacientes. Mas, antes tinham um motivo a mais. Na proposição original um dos artigos dava conta que o título poderia ser utilizado para pontuação em concursos públicos".

Vale ressaltar que o prestador do serviço médico voluntário que aderir à convocação poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que tenham sido expressas e previamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Pandolfi quer explicações sobre arrecadação de taxas

Foto - Widson Maradona

Elzis Carvalho

O deputado Márcio Pandolfi (PDT) quer informações detalhadas da arrecadação das Taxas de Segurança Pública (Taseg) e a Taxa de Incêndio (Tacin) nos últimos quatro anos. Para isso, encaminhou dois requerimentos solicitando as informações e foram enviados à Secretaria de Segurança Pública e à Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz).

As informações, de acordo com o parlamentar, têm que ser respondidas por escrito, de forma clara, objetiva e detalhada, no prazo de 30 dias. Caso isso não ocorra, os secretários das duas pastas podem ser enquadrados sob pena de crime de responsabilidade.

"Obter informações dos órgãos públicos é pressuposto mínimo para existência de uma democracia. O povo tem o direito de obter conhecimento dos atos, dos fatos, das atividades da administração pública, para que possa ter participação ativa, seja na fiscalização, seja no controle do poder público", justificou o Pandolfi.

No requerimento, o parlamentar quer a especificação dos valores da arrecadação por município, que tipo de investimento foi realizado e em quais cidades e ainda especificar os valores dos investimentos pagos.

O parlamentar quer saber ainda se houve o repasse de 50% da arrecadação das referidas taxas em despesas de capital da unidade operacional de execução do município onde foi gerada a receita. A determinação para isso está na Lei 9067, de 2008, que dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual.

Produtores e engenheiros acusam Ibama de abuso de poder

Naiara Martins

Engenheiros florestais responsáveis pelo manejo de áreas no norte Araguaia se reuniram com o secretário de Estado de Meio Ambiente (Sema), José Lacerda, e os deputados Baiano Filho (PMDB), Ondanir Bortolini - Nininho (PR) e Dilmar Dal'Bosco (DEM), para exigir do Executivo posicionamento incisivo diante de práticas arbitrarias cometidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) no interior do Estado.

Os profissionais, acompanhados por produtores rurais e pelo prefeito de Gaúcha do Norte, Nilson Alésio, formalizaram casos concretos em que agentes do órgão teriam desrespeitado o Decreto 2151, de 2014, que dispensa a necessidade de autorização para limpeza e/ou reforma de áreas segundo critérios estabelecidos pela Sema. Lacerda frisa que os Estados possuem a competência para a normatização ambiental, respeitando a peculiaridade de cada região.

"O Ibama possui competência complementar para fiscalização, não tem poder para sobrepor uma normatização estadual, tem uma agenda com o Ministério do Meio Ambiente, vou relatar os fatos e exigir respeito sobre o pacto federativo, o Ibama tem que nos respeitar", inflamou José Lacerda.

O gestor da pasta orientou que prefeitos, associações, produtores e engenheiros notifiquem a Sema formalmente com a apresentação de boletins de ocorrência, fotos e qualquer outro material capaz de demonstrar a truculência utilizada por agentes do Ibama em propriedades do Estado.

Foto - Fablício Rodrigues

Representação – Os deputados Baiano Filho e Dilmar Dal'Bosco, integrantes da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, irão convocar as entidades de classes como Ordem dos advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso (OAB), Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato), Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja) e Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), deputados federais, órgãos federais e estadual do meio ambiente, prefeitos e engenheiros para debater o abuso de poder praticado pelo órgão e cobrar providencias.

Neldo apresenta indicações para Campinápolis

Foto - Fablício Rodrigues

Fabiana Gil

Visando proporcionar maior segurança aos moradores do município de Campinápolis, o deputado estadual Neldo Weirich (PR) apresentou duas indicações na sessão plenária desta quarta-feira (14). A primeira se refere a aquisição de uma nova viatura, adequada à realidade no que se refere às condições de trafegabilidade das estradas locais e a segunda indica a necessidade de instalação de uma unidade da Polícia Militar na comunidade de São José do Couto, distante 150 km do município.

As reivindicações partiram do vereador Raimundo Silva de Souza (PRP), conhecido como Rambo, que procurou o gabinete e relatou as sérias dificuldades enfrentadas pela polícia local para atender a população, sobretudo a que vive na zona rural, nos diversos assentamentos existentes em Campinápolis.

O vereador contou que a viatura que atende o município é usada e necessita de reparos, fato que vem prejudicando severamente o trabalho dos policiais, deixando o efetivo local sem alternativa para desenvolver suas atividades. Segundo Raimundo, as péssimas condições de trafegabilidade das estradas locais dificultam mais ainda o trabalho da polícia na comunidade vizinha.

"A segurança é uma das premissas básicas de cada cidadão, sendo assim é função do Estado garantir esse direito", frisou o parlamentar. Para Neldo, medidas simples podem trazer benefícios imensuráveis para a população de pequenos municípios como Campinápolis, onde tudo é tão difícil de chegar.

José Domingos comemora inauguração de ponte

Foto - Fablício Rodrigues

Bruno Barreto

O deputado José Domingos Fraga (PSD) parabenizou o secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana de Mato Grosso (Setpu), Cinésio Nunes de Oliveira, e o secretário adjunto de Transportes, Alaor Alvelos, pela construção da ponte de madeira para atender o Distrito de Vale Rico, localizado no município de Guiratinga.

A ponte, com cerca de 28 metros de comprimento, é a principal via de acesso aos municípios de São José do Povo e Guiratinga. Segundo Marcílio Porto, vereador da cidade de Guiratinga, e autor do pedido encaminhado ao deputado José Domingos, a referida obra irá beneficiar diretamente os estudantes rurais, assentamentos, fazendas e empresários da região.

"Graças ao bom relacionamento do deputado José Domingos com o Poder Executivo, hoje podemos desfrutar dessa obra. São mais de cem famílias, duas vans escolares e mais de cinco mil litros de leite transportados todos os s", explica o vereador.

José Domingos assinala que a logística é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de cada região, e, por isso, comemora o feito ao lado do vereador Marcílio Porto, autor do pedido.

"Agradeço ao empenho e atenção dada ao pedido, e devemos dar o devido crédito às ações concretizadas pelo Executivo. Guiratinga tem muita sorte em ter o vereador Marcílio como representante".

Comissão de Fiscalização dá parecer a matérias na primeira reunião

Márcia Martins

A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Execuções Orçamentárias durante a primeira reunião de 2014, na semana passada. A análise contou com a participação do presidente da comissão, deputado Hermínio J. Barreto (PR), e dos membros titulares Walter Rabello (PSD) e Teté Bezerra (PMDB). Ao todo 14 matérias entraram em pauta, e a maioria de autoria dos parlamentares. Foi mantido veto parcial ao Projeto de Lei 361, de 2012, de autoria do Poder Executivo.

Do Tribunal de Justiça um projeto de destaque entrou na pauta, o de nº 122, de 2014, que acrescenta dispositivo à Lei 9.999, de 29 de novembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos magistrados do Judiciário. De origem parlamentar, o Projeto de Lei 413, de 2013, de autoria deputado Emanuel Pinheiro (PR), que dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos serviços de religação dos serviços públicos de saneamento e de energia elétrica em caso de corte por falta de pagamento e dá outras providências.

Foto - Demóstenes Milhomem

J. Barreto destacou que a comissão tem uma grande importância no contexto Legislativo, Executivo e Judiciário. "Nosso papel é avaliar o mérito de matérias que tratam de ações que envolvam a demanda de recursos públicos". A comissão se reunirá na terça-feira, 27 de maio, a partir das 14 horas, na Sala de Reuniões do Poder Legislativo.

Pinheiro articula implantação de distrito industrial

Foto - Fablício Rodrigues

Thiago Itacaramby

O deputado Emanuel Pinheiro (PR) viabilizou junto a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia (Sicme) recursos da ordem de R$ 150 mil para implantação do Distrito Industrial de Alto Taquari, localizado no sul do Estado. As informações foram repassadas ao prefeito Mauricio de Sá, na semana passada, durante visita do parlamentar na região.

O parlamentar esteve reunido com autoridades do município no mês passado, na qual reivindicaram a criação do pólo industrial. Entre eles, o secretário municipal de administração, Oscar Batistussi, e o secretário municipal de Indústria e Comércio, Erocy Scaine.

Segundo eles, o aporte econômico fortalecerá a economia do município. Pinheiro afirmou que o pólo industrial irá impactar fortemente na geração de emprego e renda da região.

"Temos a convicção de que os recursos vão promover o desenvolvimento desejável para Alto Taquari", disse o parlamentar. O deputado tem atuado de forma progressiva em prol do desenvolvimento e de ações que beneficiam a população.

Outro assunto que esteve em pauta foi a questão do abandono dos terminais da América Latina Logística (ALL), que foram duramente criticados pelas autoridades de Alto Taquari, refletindo na baixa arrecadação.

Pólo moveleiro – Emanuel Pinheiro tem articulado também sobre a implantação do Pólo Moveleiro de Cuiabá e Várzea Grande. O parlamentar destaca que a estruturação das empresas moveleiras da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá irá gerar mais renda e emprego, além de fortalecer o setor produtivo.

"Na prática não será apenas um espaço para instalarem as empresas, mas será um canal onde serão atendidos os anseios de todos os agentes envolvidos, como, por exemplo, o acesso às linhas de créditos disponíveis no mercado", salientou.

Turismo de Alta Floresta se fortalece com emendas de Romoaldo

Foto - Widson Maradona

Sid Carneiro

O setor do turismo em Alta Floresta (850 Km de Cuiabá), região norte de Mato Grosso, se diferencia das demais cidades por oferecer turismo de negócio, de contemplação da natureza e de pesca. Segundo secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Doglas Luiz Arisi, o fortalecimento do turismo tem recebido apoio do presidente da Assembleia Legislativa, Romoaldo Junior (PMDB).

"Alta Floresta é uma das cidades de Mato Grosso que o turista encontra uma vasta riqueza natural. Então, temos que apostar nesse potencial para alavancar a economia do município, sem esquecer dos demais setores", afirmou Romoaldo Junior.

De acordo com o secretário, o turismo conta com o apoio de Romoaldo Junior a partir de emenda parlamentar para a ampliação de pavimentação asfáltica nos pontos turísticos e a liberação para operação de novas empresas aéreas, que vão ampliar o número de vôos entre a cidade e a capital.

"Essas iniciativas atraem mais turistas à nossa cidade, que já é diferenciada nesse setor que oferece turismo de negócios, além de pesca e ecoturismo", disse Douglas.

Ultimamente, o município ganhou destaque nacional com um grande número de participantes na Caminhada à Natureza (com percurso de 9,3 quilômetros) sendo considerada a maior participação de adeptos no Brasil. Mas, é no turismo de pesca que Alta Floresta chama atenção nacional e internacional.

"A maioria que procura a pesca no município é turista de São Paulo, Minas Gerais, além de vários países como o Japão", destacou o secretário.

O turismo se intensificou devido à infraestrutura destinada aos turistas. Alta Floresta conta com diversas pousadas e hotéis que têm avaliação positiva da mídia internacional.

Alexandre Cesar defende autonomia financeira da advocacia pública

Foto - Widson Maradona

Alline Marques

O deputado Alexandre Cesar (PT) defendeu a aprovação da PEC 82, de 2007, que trata da autonomia financeira e administrativa das procuradorias estaduais e do Distrito Federal (DF), além de órgãos como a Advocacia Geral da União (AGU), Procuradorias Federal e da Fazenda Nacional. O projeto já foi aprovado, por unanimidade, pela Comissão Especial na Câmara Federal e um grupo de deputados federais defendeu, na semana passada, que a proposta seja colocada na ordem do dia para votação.

Com a condição de independência, os órgãos deixam de ficar refém do governante. Por isso, o deputado comemorou a aprovação da PEC 82, conhecida como a PEC da Probidade, que, além de garantir a autossuficiência da advocacia pública, também prevê a iniciativa de organização dos quadros e de propostas orçamentárias anuais.

"É importante lembrar que os advogados públicos não são advogados dos governantes. A possibilidade de ter orçamento próprio, autônomo para custear as despesas, é a garantia de ter uma administração que não se submeta hierarquicamente às ações do chefe do Executivo no exercício do seu mandato. Os advogados públicos são advogados do público, representados nas estruturas estatais», defendeu Alexandre.

O deputado destacou que o propósito da PEC é fazer com que aqueles que defendem os interesses da União e dos Estados, seja nas questões de ordem geral, seja nas questões de ordem tributária, possam ter as mesmas condições que têm as instituições que defendem o interesse da sociedade, como o Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública.

Para o parlamentar, a PEC estabelece paridades de armas aos advogados públicos quando estiverem perante o Poder Judiciário. Segundo ele, o que ocorre atualmente é que as instituições que defendem os entes públicos estão organizadas como instituições de grau de certa forma inferior, porque estão submetidas às indicações políticas que submetem a demissão.

Representação – "Os procuradores gerais são escolhidos e têm mandatos. Ocupam cargos políticos. Com a PEC a entidade ganha a garantia de que os profissionais possam representar os interesses dos entes públicos nas mais diversas esferas, sem o risco da ingerência do governante de plantão nas suas ações", explicou.

O deputado Alexandre Cesar participou ativamente para garantir a aprovação da PEC junto com o presidente da Associação Nacional de Procuradores de Estado (Anape), Marcello Terto. Ambos estiveram em Brasília em reunião com o ministro de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini, para solicitar que buscasse apoio junto à bancada governista para aprovação da PEC.

Projeto de Malheiros prevê destinação de embalagens plásticas

Foto - Divulgação

Cláudia Campello

O Projeto de Lei 127, do deputado João Malheiros (PR), que dispõe sobre a reciclagem e destinação de embalagens plásticas e similares deve voltar a apreciação da Assembléia Legislativa ainda este ano.

Após vários debates com segmentos da classe empresarial, sociedade e ampla discussão nos comitês sobre meio ambiente, o caráter da lei estabelece um prazo de seis meses, a partir da aprovação da nova lei, para que as empresas recolham 30% das embalagens comercializadas, passando para 50% em 18 meses e 75% em 36 meses.

Estipulado ainda no projeto de Malheiros que 10% dos recursos financeiros utilizados por empresas em veiculação publicitária deverá ser destinado à divulgação de mensagens educativas ao meio ambiente, com a finalidade de combater e estimular a coleta das embalagens plásticas visando assim à educação ambiental e sua reciclagem.

Segundo dados da Associação Brasileira de Embalagens Pet (Abepet), em Mato Grosso são comercializadas mensalmente cerca de 600 toneladas de garrafas plásticas e embalagens similares. O número pede uma reflexão sobre os danos que essas embalagens estão causando aos nossos rios, principalmente aos que deságuam no Pantanal. "Essas embalagens plásticas e similares constituem uma das principais fontes de poluição de nossos mananciais hídricos. Garrafa plástica jogada na rua vai parar no rio assim que cai a primeira chuva, causando, inclusive, riscos à população, frequentemente exposta às enchentes ocasionadas pelo assoreamento", pontuou o deputado.

Realidade – O aumento da demanda por embalagens plásticas, segundo o Compromisso Empresarial Para Reciclagem (Cempre) é de 10% ao ano. Por isso, o dano ambiental causado a natureza é imensurável.

Malheiros acredita que mais do que leis rígidas que inibam o desmatamento, assoreamento e poluição, é preciso despertar a consciência da população para a preservação do meio ambiente. Apenas Cuiabá e Várzea Grande, por exemplo, depositam todos os dias mais de 35 toneladas de lixo e 800 mil litros de esgoto doméstico e industrial em nossos rios. "Hoje, o nosso velho rio Cuiabá se divide em fonte de lazer e turismo, gerador de energia, principal fonte de água potável para Cuiabá e Várzea Grande, e, infelizmente, depósito de lixo e canal de esgoto. Isso tem que ser revertido e com urgência", concluiu Malheiros.

Foto - Widson Maradona

Rabello apoia militares na busca pela reestruturação salarial

Foto - Ronaldo Mazza

Verônika Rakel

O deputado Walter Rabello (PSD), juntamente com outros parlamentares, esteve reunido com os representantes dos policiais militares após a categoria realizar assembleia que debateu a proposta de reestruturação das carreiras e dos salários dos militares de Mato Grosso.

Cabos, soldados, tenentes e coronéis cobravam dos parlamentares a possibilidade de uma agenda com o governador Silval Barbosa (PMDB), para que pudessem levar as reivindicações da categoria e buscar soluções.

Mais uma vez o deputado Walter Rabello esteve à frente na busca de soluções para os militares e manifestou apoio à causa, uma bandeira levantada pelo parlamentar. "Sempre busquei apoiar a categoria, principalmente nessa questão em especial, e as reivindicações são justas, alguns podem questionar o momento em que a categoria cobra isso, já que estamos próximo da Copa do Mundo. Mas, é importante lembrar que cada categoria trabalha dentro dos momentos que podem fortalecer a causa", explica o parlamentar.

De acordo com o presidente da Associação dos Tenentes e Coronéis (Assof), major Wanderson Nunes, mais uma vez o deputado Walter Rabello teve papel importante no processo. "Foi decisivo a participação do deputado que sempre nos atendeu prontamente e buscou nos ajudar nas negociações e nas propostas sugeridas pela nossa categoria, assim mais uma vez conseguimos por meio dele e dos demais deputados que a nossa categoria fosse recebida pelo governador", assinala.

Para o presidente da Associação de Cabos e Soldados (ACS), Adão Martins, a categoria sempre contou com o apoio do deputado Walter Rabello. "Podemos sempre contar com Rabello, porque sempre esteve ao lado da polícia e o parlamentar tem uma boa relação com os demais deputados da casa", pontua.

A categoria reivindica, de uma maneira geral, a reestruturação salarial, com a criação de um plano de cargos, carreira e salários (PCCS). A categoria argumenta que, até dezembro de 2013, havia um alinhamento salarial entre as Polícias Civil e Militar, o que já não está ocorrendo mais. É essa defasagem que buscam superar, em diálogo com o governador Silval Barbosa.

A pedido de Savi PM manda Rotam para Sorriso

Foto - Mario Friedlander

Paulo Coelho

O deputado Mauro Savi (PR) conseguiu, junto ao Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso, duas guarnições da Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam) para o município de Sorriso, na região norte do Estado. Conforme o comandante-geral da PM, coronel Nerci Adriano Denardi, a Rotam já está no município desde a Exporriso, de nove a 13 de maio, e vai continuar em Sorriso como reforço no combate à criminalidade local.

"Já estão lá e vão continuar em Sorriso, inclusive nesse momento estão desenvolvendo uma importante operação na cidade, o que, com certeza, vai aos poucos aumentando a sensação de tranquilidade da população", afirmou Denardi, enfatizando que essa ação foi solicitada pelo deputado Mauro Savi, junto ao Governo do Estado.

O pedido urgente pelo reforço policial e especialmente da presença da Rotam em Sorriso, segundo Savi, foi devido ao crescimento da chamada criminalidade violenta, ocorrências geralmente envolvendo bandidos armados, como nos casos de assaltos a bancos a estabelecimentos comerciais e a pessoas comuns.

Oito homens integram duas guarnições que estão em Sorriso e que estão sob o comando do capitão PM Jorge Almeida. "O que é importante é darmos uma resposta à sociedade, pois é uma situação que estende pelo país inteiro, acontece na capital como também em Sorriso e cabe a nós trabalhar muito e também acho que nesse caso temos que ter o esforço de todos. Precisamos também do judiciário, pois hoje os delinquentes ficam aí dois, três dias na cadeia e depois são soltos e isso precisa mudar", disse Mauro Savi.

A Rotam é uma força policial pronta para atuar em qualquer região de Mato Grosso. Entre as principais características está a agilidade no deslocamento. Essa força da PM recobre diuturnamente as unidades de área (batalhões), mas atua principalmente no combate à criminalidade violenta e ao tráfico de drogas. A Rotam de Mato Grosso é dotada de policiais que se submeteram a treinamentos especiais, possui armamento de combate considerado pesado, como fuzis de calibre 556 e 762. Pistolas nove milímetros e ponto 40.

Azambuja garante melhorias para presídio de Pontes e Lacerda

Foto - Widson Maradona

Vânia Costa

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Azambuja (PP), esteve reunido no final da semana, com o secretário de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Luiz Antônio Possas de Oliveira, e a presidente da Subseção de Pontes e Lacerda da Ordem dos advogados do Brasil (OAB), Janete Garcia de Oliveira Valdez, no intuito de viabilizar melhorias para o presídio de Pontes e Lacerda. As reivindicações apresentadas ao secretário de Justiça foram capacitação dos agentes, internet e telefone e checagem de detentos.

Segundo Janete, muitos agentes e diretor da unidade prisional são novos e precisam ser qualificados. Durante o encontro foi discutido também uma maneira de dar assistência médica para os reeducando, com a estadualização ou municipalização.

Na opinião do deputado, a melhor opção seria a estadualização com repasses para a Santa Casa do município, que já tem estrutura para atender os presos. De acordo com Janete Valdez, o deputado Antonio Azambuja tem sido muito atuante e fervoroso junto a Sejudh, com muitas reivindicações visando à melhoria do sistema prisional de Pontes e Lacerda. Azambuja explica que a internet e o telefone no presídio são indispensáveis para execução dos serviços, checagem dos presos e situações afins.

O vice-presidente do Parlamento disse que a reunião foi promissora já que o secretário garantiu a instalação imediata de uma internet via rádio nos próximos 120 dias. Esse é o prazo para a operadora Oi instalar o mais adequado, incluindo o serviço de internet. Como também a nomeação de médico, assistente social, pedagoga e técnico em enfermagem. Luiz Antônio Possas informou que os servidores vão passar por curso de capacitação no período de duas semanas.

Ele garantiu ainda que todos vão receber novas capacitações. As checagens dos presos serão realizadas através de um novo método que será implantado em todo Estado de Mato Grosso. Será instalado o Sistema de Justiça do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), que trata o monitoramento e registro integrado do número de presos no país em conjunto com todos Estados.

Controle – Possas enfatizou a implantação das tornozeleiras eletrônicas no regime semiaberto. Em 90 dias estará em funcionamento um tutorial que vai possibilitar o uso de malote digital, possibilitando que os oficiais de justiça sejam dispensados de cumprirem os alvarás de soltura, já que serão online.

Também participaram da reunião os membros da Comissão de Direito Carcerário da OAB/MT, Antonio Carlos Rezende e Bruno Melo Castro; a promotora de justiça Gileade Maia; o secretário adjunto de Administração Penitenciária, coronel Clarindo Alves de Castro, e o juiz da Vara de Execuções Penais de Pontes e Lacerda, Leonísio Salles de Abreu Júnior.

AL estuda uso obrigatório de alerta em caminhões caçamba

Foto - Divulgação

Fernando Leal

Em um período que remete ao crescimento e à possibilidade de maior desenvolvimento para o Estado, uma preocupação fez chegar à Assembleia Legislativa como medida que garante a integridade do patrimônio público e, principalmente, da vida dos mato-grossenses. Ela obriga que os donos de caminhões com caçamba basculante registrados no Departamento Estadual de Trânsito (Detran) utilizem nesses veículos alarme que alerta quando a caçamba estiver levantada.

Um conjunto de fatores colocados em evidência a partir do dia 28 de janeiro se tornou predominante para a apresentação do Projeto de Lei 44, de 2014, sobre o assunto. Na manhã daquela terça-feira, um caminhão basculante pesando mais de 10 toneladas e trafegando a 85 km/h causou um choque de pelo menos 120 toneladas contra uma passarela na Linha Amarela, em Pilares, zona norte do Rio de Janeiro. O acidente deixou quatro mortos e cinco feridos.

"Especialistas garantem que tragédias como essa não são comuns, mas acontecem pelo país. E Mato Grosso está crescendo, tem caminhões caçamba, e pontes, viadutos e passarelas, e essas obras certamente continuarão acontecendo. Por isso, é melhor prevenir do que remediar e o nosso projeto tem esse objetivo. Estamos falando de vidas humanas", observou o deputado Wagner Ramos (PR).

Essa linha é defendida por, pelo menos, três engenheiros do Rio de Janeiro. Dois deles, o representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) carioca, e membro da Associação Brasileira de Pontes e Estruturas, Antônio Eulálio, e Manoel Lapa – do Clube de Engenharia – sugerem que fabricantes de veículos pesados criem alarmes sonoros e visuais que alertem os motoristas em casos de incidentes, como o levantamento involuntário da caçamba.

Em outro alerta, se aliaram ao professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF), engenheiro Protásio Ferreira e Castro. Sobre o acidente na Linha Amarela, os três disseram que a altura de 4,5 metros da passarela era adequada, mas criticaram a falta de uma legislação que unifique o tamanho.

Federal – Atualmente, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é que define os parâmetros de altura para rodovias federais. Já para as rodovias estaduais e municipais a decisão deve partir, respectivamente, do Governo do Estado e das prefeituras. As alturas variam entre 4,20 e seis metros.

O texto do projeto de Wagner Ramos começou a ser estudado pela Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembleia. Em Brasília (DF), projeto de lei sobre o assunto também está em fase de análise na Câmara dos Deputados, com proposta de que sejam seguidas as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Foto - Fablício Rodrigues

Dilmar reivindica posto do Indea e Sefaz para Tapaborã

Foto - Fablício Rodrigues

Thaiza Assunção

O segundo-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Dilmar Dal'Bosco (DEM), apresentou ao Governo do Estado duas indicações que beneficiam o Distrito de Nova Fronteira, localizada no município de Tapaborã (643 km de Cuiabá). A primeira delas solicita a implantação de um posto avançado do Instituto de Defesa Agropecuária (Indea) que também deverá agregar um posto avançado da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), objeto da segunda Indicação.

De acordo com Dal'Bosco, as reivindicações foram apresentadas pelos produtores locais, que atualmente precisam se descolar mais de 85 quilômetros - entre ida e volta - até Tabaporã para cortar nota, ou guia, de recolhimento de impostos, elevando o custo final da produção, e ainda, além de facilitar a evasão fiscal, acarretando prejuízos aos cofres públicos.

"A unidade do Indea e da Sefaz facilitará a vida da população de Nova Fronteira, formada basicamente por agricultores familiares e que têm na pecuária e na agricultura de subsistência a base da economia", ressaltou o parlamentar.

Cláudia – Dilmar Dal'Bosco solicitou também ao secretário de Estado de Segurança Pública (Sesp), Alexandre Bustamante, uma caminhonete para atender a Polícia Militar de Cláudia. Segundo ele, a falta de viaturas para realização de rondas policiais tem contribuído para aumento de assaltos no município.

Adalto quer campanha de prevenção contra o mormo em MT

Foto - Widson Maradona

Thiara Raquel Prado

O deputado Adalto de Freitas, do Solidariedade, propôs aos órgãos ligados à pecuária (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar- Sedraf e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário-Indea) a necessidade urgente de se realizar campanhas de prevenção e combate ao mormo, doença identificada em equinos. Adalto justifica que muitos criadores de equinos não têm conhecimento sobre a doença e, inclusive, não têm condições de realizar o exame por ter um alto custo.

"Para o criador pagar pelo exame fica inviável, uma vez que o valor é quase o valor do animal", questiona o parlamentar, ao sugerir ao Indea a implantação de laboratório itinerante para fazer gratuitamente, ou por um valor mais acessível, esse tipo de exame em municípios onde concentram propriedades com criação de equinos.

Recentemente, o Indea emitiu comunicado a todas as unidades no Estado para que só liberem eventos agropecuários que gerem aglomeração de equídeos mediante apresentação de exames negativos para a enfermidade. O trânsito de animais para fora do Estado está condicionado à apresentação de diagnóstico comprovando a não existência da doença.

"Da mesma forma que há campanhas de febre aftosa, pode se criar a campanha contra o mormo. O estado não pode ficar refém de uma possível epidemia. É prevenindo que conseguiremos manter a boa saúde tanto do animal quanto do homem", defende.

O mormo é uma doença silenciosa que atinge cavalos. O número de casos vem aumentando no Brasil. Para identificar a doença nos animais dois exames são recomendados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O período de incubação da doença varia de um a 14 dias e pode ser representar riscos à saúde do ser humano.

Dados – Antes, essa doença só foi registrada no nordeste agora também atinge Estados no Norte, Centro Oeste e no Sudeste. O número de casos vem crescendo. Em 2012, foram 76; no ano passado, 114 e em Mato Grosso dois casos foram confirmados em Nova Lacerda e Poconé.

Português cobra da Setpu reestruturação da MT-130

Foto - Divulgação

Cristina Cavaleiro

Em visita ao município de Paranatinga, no último final de semana, o deputado Airton Português(PSD) passou pela MT-130, onde encontrou dificuldade de tráfego no trecho que liga Primavera do Leste a Paranatinga. A situação é caótica em alguns trechos da via, além da grande quantidade de poeira que atrapalha a visibilidade dos motoristas que passam pelo local. Vale ressaltar que já aconteceram acidentes com vitimas fatais no trecho.

"Acompanhei toda a dificuldade. Passar pela MT-130 é muito perigoso. É uma estrada que corta vários municípios, como Primavera do Leste, Paranatinga e Gaúcha do Norte", disse Português.

O parlamentar explica que é perigoso tanto para os caminhoneiros, quanto para os motoristas que arriscam suas vidas ao desviar desses buracos, além da demora de chegar até o destino. "O motorista que precisa viajar de carro a uma cidade vizinha leva horas para chegar até lá", disse o deputado.

Português salientou ainda que essa região é a rota do escoamento da produção agrícola, destacando que a situação precária da estrada, atrapalha o transporte de grãos. Por conta dessa calamidade, o deputado Airton Português se reuniu com o secretário de Estado e Pavimentação Urbana (Setpu), Cinésio Nunes, para cobrar a reestruturação da MT 130.

O secretário disse que enviará uma equipe ao local para realizar a operação tapa buracos. O deputado Português ressaltou que daqui há 15 dias retornará à estrada para fiscalizar se as obras foram executadas.

Governo garante pavimentação da MT-140 após pedido da AL e prefeitos

Foto - Mauricio Barbant

Kleverson Souza

A pavimentação de 80 km da rodovia MT-140 ligando os municípios de Planalto da Serra e Nova Brasilândia foi confirmada pelo governador Silval Barbosa (PMDB) após reunião, na semana passada, no Palácio Paiaguás, com deputados estaduais e prefeitos de sete municípios.

Intermediador do encontro, o deputado José Riva (PSD) argumentou a necessidade da pavimentação da rodovia que está prevista no MT Integrado, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção da região.

"Temos essa preocupação de pavimentar a MT-140, ligando Planalto da Serra até Nova Brasilândia e de Campo Verde até Nova Brasilândia, que ainda restam 27 km. Foi garantida durante a reunião o asfaltamento dos oitenta quilômetros, e de mais dez quilômetros que estão deteriorados e que serão pavimentados com recursos da Fonte 100 ou Fethab (Fundo Estadual de transporte e Habitação)", disse o parlamentar.

Estiveram presentes no encontro os prefeitos, ou representantes, de Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato e Sorriso.

De acordo com o governador, a pavimentação estava prevista no MT Integrado, programa que está em execução para interligar os municípios através de asfalto. Como é dividido em lotes, os projetos concluídos primeiramente já estão em andamento e outros estão aprovados, mas em fase de projetos ou licitação.

Silval lembrou que a demanda apresentada pelas lideranças estaduais e municipais está toda contemplada no programa do governo e que alguns lotes estão em conclusão. "Devemos concluir este ano o trecho de Santa Rita do Trivelato até Nova Mutum (MT-234). Nos próximos dias, vamos começar duas frentes de serviços muito fortes para atender a demanda dos prefeitos", disse o governador, ao afirmar que a rodovia está dentro das prioridades do MT integrado.

No trecho de Campo Verde, passando por Nova Brasilândia, Planalto da Serra até Santa Rita do Trivelato, o governador disse que o projeto está pronto, licitado e contratado, aguardando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS).

Menos tempo – Com a pavimentação de Planalto da Serra até Santa Rita do Trivelato, e chegando ao Distrito de Boa Esperança, a economia será de 200 km, segundo o prefeito de Santa Rita do Trivelato, Hugo Garcia (PSD).

"A pavimentação dessa rodovia fará com que de vinte e cinco a trinta por cento do fluxo da BR-163 passe por essa estrada, cerca de três mil bitrens diariamente. A obra representa a integração da região e beneficia o escoamento da produção", explicou o prefeito.

Prefeito de Nova Ubiratã, Valdenir José dos Santos (PMDB), lembrou que essa é uma nova estratégia de logística ligando esses municípios através do asfalto. "É um projeto de toda a população, que almeja essa pavimentação. Contamos com o apoio dos deputados que se engajaram nessa luta e a reunião foi positiva em função do governador confirmar a obra".

Também participaram do evento o deputado federal Carlos Bezerra (PMDB) e os estaduais Alexandre César (PT), Airton Português (PSD) e Teté Bezerra (PMDB).

Teté propõe Dia do Empregado Doméstico e Diarista em MT

Foto - Fablício Rodrigues

Sid Carneiro

A deputada Teté Bezerra (PMDB) propõe a criação do "Dia do Empregado Doméstico(a) e Diarista", a ser comemorado em 22 de maio de cada ano. A iniciativa parlamentar coincide com as comemorações do Dia do Trabalhador, em 1º de maio, e com a perspectiva da aprovação da Emenda Constitucional 72, de autoria do deputado federal Carlos Bezerra (PMDB).

Além do Projeto de Lei Complementar 302, de 2013, que tramita no Congresso Nacional, com a proposta de regulamentar alguns dos direitos e deveres do empregado(a) doméstico(a), concedidos pela Emenda Constitucional 72. Entre esses direitos estão seguro-desemprego, indenização por demissão sem justa causa, conta no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pagamento de horas extras, adicional noturno e seguro contra acidente de trabalho.

"Desse modo, a comemoração dessa categoria no mês de maio traz um fulgor especial, por ser o mês em que celebra o dia do trabalhador", argumentou a deputada. Conforme Teté Bezerra, o Brasil tem 7,2 milhões de trabalhadores domésticos (as), sendo o país que emprega o maior número de domésticos no mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Só em Mato Grosso são 101 mil que enfrentam diariamente uma realidade na qual predominam baixos salários, longas jornadas de trabalho, escassa ou nula proteção social, pouco tempo livre, más condições de vida e o descumprimento das normas laborais.

"Contudo, mudanças significativas estão ocorrendo com a Promulgação da Emenda Constitucional 72 que garantiu a igualdade entre os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores urbanos e rurais", disse a parlamentar. Segundo ela, dos 17 novos direitos 10 já alcançaram a efetividade de imediato e outros sete necessitam de regulamentação.